



SE 11. Prostituição, tráfico de pessoas e mercados do sexo: desafios para uma agenda de direitos humanos em tempos de autoritarismos

Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense (UFF) - Coordenador/a, Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Coordenador/a, Adriana Gracia Piscitelli (Unicamp) - Participante, Michelle Barbosa Agnoletti (Universidade Estadual da Paraíba) - Participante, Thaddeus Gregory Blanchette (UFRRJ Macaé) - Participante, Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Debatedor/a, Flavia do Bonsucesso Teixeira (Universidade Federal de Uberlândia) - Participante, Ana Paula Luna Sales (UNICAMP) - Participante, José Miguel Nieto Olivar (Faculdade de Saúde Pública USP) - Participante, Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense (UFF) - Debatedor/a, Natânia Pinheiro de O. Lopes (UERJ) - Participante, Soraya Silveira Simões (UFRRJ) - Participante, Fernanda Maria Vieira Ribeiro (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão) - Participante, Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Debatedor/a, Ana Paula da Silva (Universidade Federal Fluminense (UFF) - Debatedor/a

A revitalização de agendas moralizantes e a desqualificação dos direitos humanos tem redundado na crescente estigmatização da comercialização do sexo e uma consequente (re)criminalização dos trabalhadores sexuais. Isto, muitas vezes, acontece sob a égide de projetos de renovação física e moral dos centros urbanos, que buscam transformar esses em espaços quase-privatizados, dedicados ao consumo e a performance da respeitabilidade burguesa. Existem cada vez mais as forças de segurança engajadas em operações que fecham boates e retiram prostitutas da rua. Simultaneamente, a questão da prostituição tem se voltada, outra vez, para a esfera religiosa, com várias seitas engajadas em projetos de resgate de vítimas do tráfico, que buscam insumos do Estado. Em conjunto com isto, tramitam no Congresso projetos de lei que criminalizam clientes e retiram direitos conquistados pelos trabalhadores sexuais. Nosso seminário refletir sobre esses fenômenos, buscando forjar elos temáticos com outras áreas de pesquisa que tocam nas questões dos direitos humanos, particularmente estudos de gênero, raça, direitos sexuais, urbanização e migração. O simpósio se dividirá em três sessões, que tocarão em: 1- A história das mudanças nas políticas referente à prostituição; agentes e stakeholders. 2- Tráfico de pessoas e a prostituição: narrativas de criminalização da migração ou proteção aos vulneráveis? 3- Metodologias em tempos de estigmatização: articulações entre grupos sociais e a academia.

Devir-puta em tempos de catástrofe: argumentos para recuos impossíveis

Autoria: José Miguel Nieto Olivar

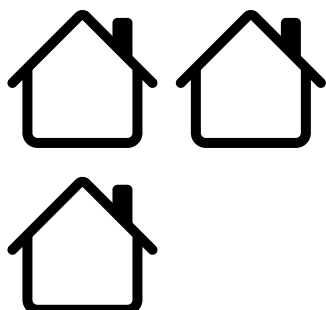
No marco da atual catástrofe política brasileira busco chamar a atenção sobre re-arranjos do movimento brasileiro de prostitutas. Sigo uma perspectiva temporal de mais de 10 anos, tendo como ponto de partida



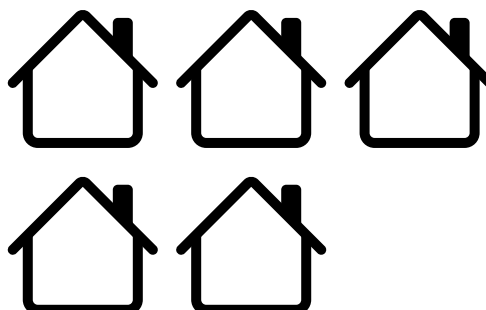
2005 (ano de florescimento da DASPU), passando pelos IV e V Encontros da Rede Brasileira de Prostitutas, tendo como dobradiça multiplicante o falecimento de Gabriela Leite, e como ponto de vista da retrovisão os atuais arranjos do movimento. Minha argumentação gira em torno da emergência e fortalecimento de um agente p&oa cute;s-humano, fractal e múltiplo de direitos: a puta. Argumento que a impossível sujeição do devir-puta a qualquer ideia de garantia de direitos implica uma importante ferramenta política para a luta pelos direitos e as garantias jurídicas das prostitutas e suas redes, bem como o fortalecimento de conexões políticas transversais às margens e zonas de legitimação.



Realização:



Apoio:



Organização:

